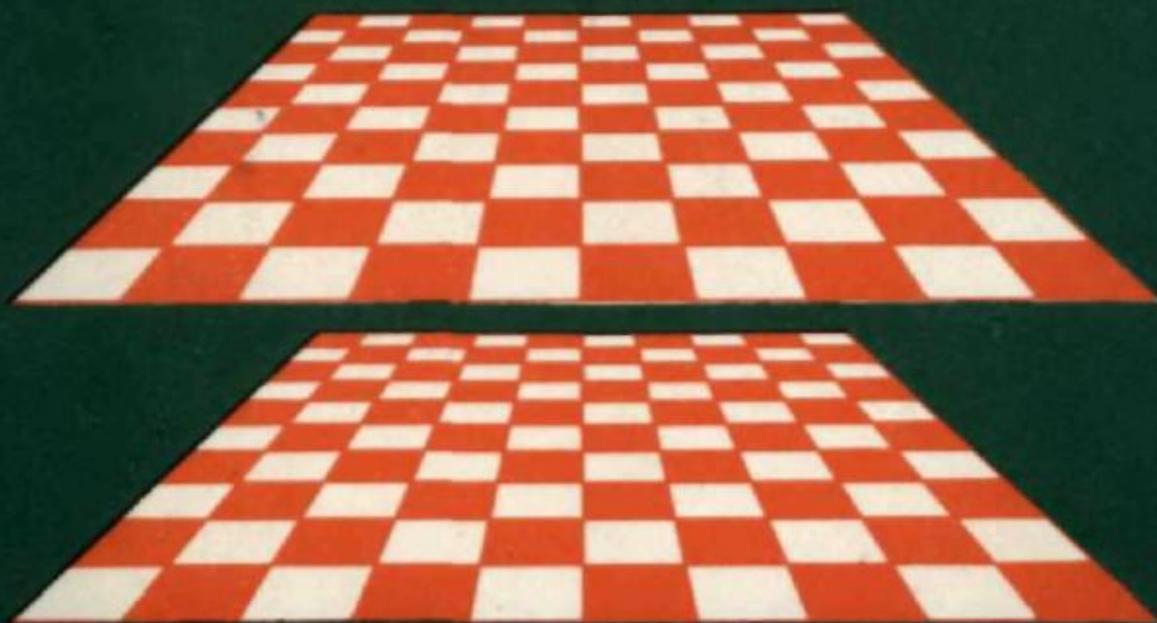


CIBEC/INEP



B0002433

PRINCÍPIOS PARA ELABORAÇÃO DE CURRÍCULO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA DE ENSINO DE 1º e 2º GRAUS
BRASÍLIA - 1979

371.214.1
P954p
1979
Ex.2

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



PRINCÍPIOS PARA ELABORAÇÃO DE CURRÍCULO

Brasília - 1979 2ª

Edição

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

João Baptista de Oliveira Figueiredo

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Eduardo Mattos Portella

SECRETARIO GERAL

João Guilherme de Aragão

SECRETARIA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS

Zilma Gomes Parente de Barros

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Julcelina Friaça Teixeira

ELABORAÇÃO:

Dale Léo Knapp

COLABORAÇÃO:

Amabile Pierroti

Ilma Passos de Alencastro Veiga

Maria Helena Silva de Oliveira e Carvalho

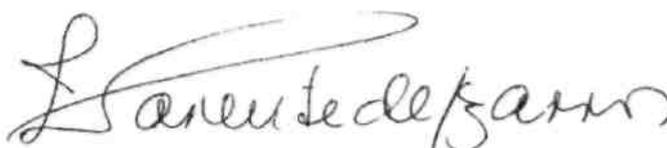
Í N D I C E

Introdução	7
I — Conceituações Básicas	9
II — Princípios para Elaboração do Currículo	13
A — Princípios de Planejamento	16
B — Princípios de Implementação.....	23
C — Princípios de Avaliação	30
Bibliografia Consultada	37

APRESENTAÇÃO DA 2ª EDIÇÃO

Considerando a importância da elaboração do currículo para que se efetive a ação educativa, a Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus reedita o presente documento que tem a finalidade de oferecer contribuição ao pessoal técnico em currículo na execução de seu trabalho.

Os tópicos aqui abordados servirão de ponto de partida para que se planejem, executem e avaliem currículos, atendendo aos requisitos técnicos e assegurando que seja observada uma filosofia educacional coerente com a legislação em vigor, bem como sejam identificadas e conciliadas as necessidades do educando e da sociedade.



Profª Zilma Gomes Parente de Barros
SECRETARIA DE ENSINO DE 1º E 2º GRAUS

INTRODUÇÃO

Uma das grandes preocupações com a implantação da Lei 5.692/71. vem sendo a utilização dos conceitos de planejamento, implementação e avaliação de currículo. A bibliografia existente no Brasil sobre o assunto ainda é escassa, o que dificulta o trabalho dos técnicos e docentes na escola.

Procurando dar uma contribuição aos planejadores de currículo, o Departamento de Ensino Médio, por meio desta publicação, pretende oferecer subsídios nos seguintes aspectos:

- Conceituação de currículo
- Princípios de planejamento, implementação e avaliação de currículo.

Entretanto, caberá a cada planejador aplicar os princípios aqui apresentados, procurando adaptá-los às condições de suas escolas.

I Conceituações Básicas.

Existem inúmeras conceituações de currículo, podendo ser enfocados sob três aspectos:

Literal, Etimológico — o termo tem suas raízes do latim "curriculum" e do grego "kurikulu", significando ato de correr, curso, atalho, pequena corrida, jornada, continuidade. Há outros significados como: conjunto de informações e habilitações e respeito de alguém: estudante, professor, ou seja, o curriculum vitae. Ou ainda como arte dos generais, estratégia, cálculo, coordenação dos fins e dos meios.

O termo currículo apareceu nos dicionários por volta de 1856, com os seguintes conteúdos; uma pista de corrida; um lugar para correr, uma carreta de corrida, um curso em geral. Mais tarde, em 1938, apareceu como um curso específico e fixo. Em 1955, como conjunto de cursos ensinados numa instituição educacional. Desde então, tem sempre recebido uma conotação mais de caráter pedagógico.

Pedagógico — na concepção tradicionalista, era praticamente sinônimo de ciclo didático, programas de ensino, disposição das disciplinas em quadro com suas respectivas cargas horárias (plano de estudo ou grade curricular). **Na concepção moderna** e ampliada à extensão do termo, currículo passa a ser conceituado como planejamento de experiências pela escola ou como planejamento da escola e realização do aluno.

Eis algumas dessas conceituações:

"Currículo é o programa geral da escola, e soma de todas as experiências que proporciona, tudo aquilo de que ela se faz responsável. (Maria Irma Sarubi)

"O currículo se considera hoje, em geral, como a soma de experiências vividas pelo educando sob os auspícios e direção da escola. (Ronaldo Doll).

"Currículo é o esforço total da **escola**, para levar a cabo resultados na mesma e em situações fora dela". (Saylor e Alexander)

"Currículo é o caminho de preparação de **jovens** para participarem como membros produtivos de nossa cultura". (Hilda Taba)

"Currículo consiste em todas as atividades, experiências, materiais métodos de ensino e outros meios empregados pelo professor ou considerados por ele no sentido de alcançar os fins da educação". (UNESCO)

"Currículo é tudo que acontece na vida de uma criança, na vida de seus pais e de seus professores. Tudo o que cerca o aluno, em todas as horas do dia, constitui matéria para o currículo. Em verdade, currículo tem sido definido como o ambiente em ação. (Hollis Caswell).

Analisando os conceitos, concluímos que os elementos fundamentais constantes nas conceituações de currículo são:

- objetivos
- processo ensino-aprendizagem
- instituição e pessoal responsável.

Então, não é possível separar do conceito de currículo, alunos, experiências, método e material didático, professores, pois todas essas variáveis constituem o próprio currículo.

Legal: a Lei 5.692/71, em seu art. 49 dá o seguinte conceito de currículo, no sentido restrito:

"Os currículos de ensino de 1ª e 2ª graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos".

O art. 5ª da mesma Lei apresenta a conceituação de currículo pleno:

"As disciplinas, áreas de estudo e atividades que resultam das matérias fixadas na forma do artigo anterior, com as disposições necessárias ao seu relacionamento, ordenação e seqüência, constituirão para cada grupo, currículo pleno do estabelecimento".

Estabelecendo comparações entre os dois artigos, podemos salienta-
tar que a adição núcleo comum mais partes diversificadas não constituem
o currículo propriamente.

"A elaboração do currículo pleno não se conclui com a conversão
das matérias em atividades, áreas de estudo ou disciplinas. Estas catego-
rias curriculares não são entidades entanques.

Conquanto lecionadas sob rubricas distintas, num inevitável artifício
cartesiano, devem convergir para uma reconstituição, no aluno da
substancial unidade do conhecimento humano. Tal convergência se faz
pelo seu "relacionamento, ordenação e seqüência" a fim de que, do
conjunto, resulte um todo orgânico e coerente". (1)

Assim entendido, o currículo é o instrumental, por meio do qual o
educando procura alcançar a sua auto-realização e, ao mesmo tempo, a
qualificação para o trabalho e o preparo para o exercício consciente da
cidadania. Nesta concepção, não poderíamos falar de currículo de uma
escola, mas dos currículos dos estudantes, individualmente.

O ambiente oferecido pela escola ao aluno (ambiente no sentido
amplo do termo), a fim de que o currículo "aconteça", está limitado a uma
série de fatores, dentre os quais o conservantismo assume papel
destacado.

Enfrentar o currículo desta maneira é abandonar toda uma filosofia e
tecnologias massificantes; é crer na capacidade e no direito individual do
aluno de crescer e desenvolver-se; é pensar na escola, em seus
professores e administradores, em seus conteúdos e seus materiais, como
instrumento da ação educativa e não como fim; é, finalmente, repensar a
escola em outra dimensão que não aquela onde "o professor é alguém que
fala durante um certo tempo como inevitável, sobre um assunto
antecipadamente estabelecido, num certo lugar no espaço, seguindo um
ritual em que nada há a inventar, (onde) os alunos, por sua vez, tomam
notas, isto é, registram o que se diz, sem poder, na maior parte do tempo,
acompanhar ou até mesmo compreender o que se diz" (2)

1. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO - Parecer 853/71, fixa o Núcleo Comum para os Currículos
do Ensino de 1º e 2º graus, e a Doutrina do Currículo na Lei 5.692/71.

Logo, o planejamento curricular "é o planejamento do ambiente escolar com a finalidade de controlar as oportunidades de experiências oferecidas aos educandos, de modo a contribuir para o desenvolvimento de sua personalidade" (3)

Três elementos básicos são evidenciados nesta conceituação de planejamento curricular.

- **ambiente escolar:** todo o ambiente da escola, físico e humano e não só a sala de aula, o professor e os colegas de classe;
- **a oferta de oportunidades educativas:** também as experiências que o educando vive fora da escola — esta teria função de integradora dessas experiências;
- **contribuição para o desenvolvimento da personalidade do educando:** a escola é uma das instituições, entre as instituições da comunidade, responsável pela educação.

Entretanto, os técnicos de currículo também sabem que a elaboração do currículo é, essencialmente, um processo de tomada de decisão que envolve uma série de princípios. Por exemplo, uma decisão aparentemente rotineira, como acrescentar ou não uma nova disciplina no currículo, envolve, além do interesse do educando, outras coisas, tais como: a determinação da necessidade, a disponibilidade de pessoal qualificado, material didático, tempo espaço e equipamento, o efeito dessa nova disciplina sobre a carga horária do aluno, a relação da nova oferta com o programa existente, o possível estabelecimento do critério de admissão e de padrões mínimos de desempenho que os alunos precisam preencher para completarem o curso com êxito e a possibilidade de uma nova alocação de recursos.

Este é apenas um dos muitos problemas de ordem prática que os técnicos em currículo enfrentam.

Desta maneira, deverá ficar bem claro, que a tomada de decisão seja ela de que tipo for; requer a definição clara do problema, coleta análise e interpretação de dados para que se tenham confiança nos resultados.

2. LOBROT, Michel et alii, **Modifiquemos a Escola**, Editorial Pórtico, Lisboa s.d.
3. RUIZ, Glance, O Diagnóstico como Requisito Básico para o planejamento curricular das Escolas de 1º e 2º graus, em Presidente Prudente. São Paulo. 1973. Tese mestrado, Santa Maria. RS. pg. 17.

II — Princípios para Elaboração do Currículo.

Os princípios para elaboração do currículo não são prescrições rígidas e sim, diretrizes flexíveis. Eles têm por finalidade dar a estrutura que forma o ponto de referência para a tomada de decisões em diferentes situações e necessidades.

Convém salientar, em primeiro lugar, que tais prescrições devem assumir um caráter igual quando se destinam a atender os critérios de flexibilidade e relevância em situações diversas.

Em segundo lugar, deve-se considerar que o processo de elaboração de currículo é dinâmico e está em constante mudança, sendo que a seqüência de planejamento, implementação e avaliação deverão estar em evidência e isto não significa que cada categoria se acha separada e se distingue das demais.

Na verdade, existe uma coincidência inevitável e intencional de princípios. Às vezes outros princípios não passam de extensões ou elaborações de outros. O importante é que a elaboração do currículo ocorra numa base racional.

Além disto, é bom lembrar que, apesar de quaisquer destes conjuntos de princípios serem baseados na experimentação, não são invioláveis, isto é, os acontecimentos futuros poderão enfatizar a necessidade de reexame.

O quadro a seguir apresenta uma elação dos princípios

PLANEJAMENTO	IMPLEMENTAÇÃO	AVALIAÇÃO
<p>1. O planejamento do currículo deverá ser baseado numa filosofia educacional coerente, cuidadosamente examinada e que identifique e concilie as necessidades da sociedade e do educando.</p> <p>2. O planejamento do currículo requer a transformação da filosofia educacional num documento funcional de objetivos gerais e específicos.</p> <p>3. O planejamento de currículo requer a tomada de decisões quanto a prioridade de metas e objetivos baseado numa comparação entre as condições existente e a condição desejada.</p> <p>4. O planejamento de currículo requer meios alternativos para atingir as metas de maior prioridade, incluindo as conseqüências que cada alternativa deverá trazer se considerada antes da implementação.</p> <p>5. O planejamento do currículo deverá favorecer a obtenção de um programa harmônico, caracterizado pela integração horizontal e vertical.</p> <p>6. O planejamento de currículo tem, como parte integrante, o sistema de avaliação.</p>	<p>1. A implementação do currículo requer a conscientização da necessidade de mudança pelos elementos envolvidos no planejamento curricular.</p> <p>2. A implementação do currículo requer a indicação de líderes que formam o discernimento, as habilidades e atividades que suas responsabilidades exigem.</p> <p>3. A implementação do currículo requer envolvimento de pessoas de todos os setores, inclusive da família da escola e da grande comunidade imediata.</p> <p>4. A implementação do currículo requer a existência de uma equipe de supervisão.</p> <p>5. A implementação do currículo deve considerar as diferenças individuais em todas as fases da elaboração do currículo.</p>	<p>1. O ponto de partida para todo trabalho de avaliação e a identificação das metas e objetivos do programa ou da atividade a ser avaliada</p> <p>2. Definidos os objetivos deve-se identificar as fontes e situações onde os dados podem ser obtidos.</p> <p>3. A avaliação requer o treinamento de avaliadores, seleção e/ou preparação de instrumentos e técnicos adequados para a coleta, análise e interpretação dos dados.</p> <p>4. A avaliação deve ocorrer nas diferentes etapas e níveis da elaboração do currículo.</p> <p>5. O principal objetivo do trabalho de avaliação é aperfeiçoar as experiências de aprendizagem dos alunos.</p> <p style="text-align: right;">=</p>

A. Princípios de Planejamento

1. **O planejamento do currículo deverá ser baseado numa filosofia educacional coerente, cuidadosamente examinada e que identifi que e concilie as necessidades da sociedade e do educando.**

Os artigos 1º e 29 da Lei 4.024, particularmente, deixam claros os elementos básicos desta filosofia educacional. Os objetivos da educação expostos no Artito 1º, incluem, entre outros, o desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento da Unidade Nacional. O art. 2º da mesma lei continua expondo a afirmação altamente significativa de que "a educação é um **direito** comum a todos..." Esta afirmativa e outras expostas no art. 19, sugerem alguns dos valores básicos que dão forma e consubstanciam uma determinação filosófica. Conjuntamente, estes documentos afins, como a Lei 5.692 e os pareceres 853/71, 45/72 e 76/75, também fornecem uma estrutura de referência para a identificação de objetivos.

A insistência da Lei no que se refere à educação como um **direito** comum a todos, merece especial atenção sob o ponto de vista de não deixar dúvidas de que a educação é um valor social básico, ao mesmo tempo sugere uma necessidade primordial ao indivíduo. Desta forma, uma determinação de filosofia educacional, cuidadosamente examinada, vale mais que um conjunto vazio de abstrações. De fato, ela proporciona um argumento indispensável à tomada de decisão. Quando colocada em termos de funcionamento, dentro de metas e objetivos, constitui-se num salvaguarda contra a reforma ocasionada por extravagância ou capricho. Por outro lado, as decisões em cada uma das etapas principais da tomada de decisão podem ser resolvidas numa base ad **hoc**, sem referência aos valores ou finalidades subentendidos na reforma educacional.

2. **O planejamento do currículo requer a transformação da filosofia educacional num documento funcional de objetivos gerais e espe cíficos.**

Este princípio torna-se especialmente importante se a filosofia for aplicada como um guia para a tomada de decisão. Sem isto, as bases teórica e legal para a reforma podem também ser facilmente ignoradas. Portanto, as decisões fundamentais que envolvem objetivo, conteúdo, metodologia de recursos, avaliação e outros fatores, podem carecer de consistência interna, como também de qualquer relacionamento direto com a infinidade de objetivos do sistema. De igual importância, a definição e o esclarecimento dos objetivos são um pré-requisito para a execução de qualquer trabalho sério de planejamento, implementação e avaliação do currículo.

É evidente que o estabelecimento de objetivos em diferentes níveis deve possuir consistência interna. No entanto, nem todos os objetivos compatíveis com a filosofia de educação explícita e com cada indivíduo são necessariamente de igual valor. Deve-se também tomar decisões com relação à relevância ou prioridade. Da mesma maneira, a praticabilidade, isto é, a extensão que um objetivo geral ou específico é alcançável e o âmbito ou categoria de objetivos pelo qual a escola deverá, com justiça, ser considerada responsável, devem também ser levados em consideração.

Ademais, deve-se também fazer referência aos diversos níveis em que os objetivos poderão ser escritos. Por exemplo, os níveis dos objetivos se estendem claramente, além das três camadas habituais: nação, estado e município. Estes níveis incluem ainda a unidade escolar individualmente e as subdivisões dentro da estrutura escolar, como: o programa de estudos, cada uma das disciplinas, a série e a unidade de ensino dentro de uma determinada disciplina.

Os objetivos são ordinariamente escritos em ordem de especificidade crescente, quando se parte do plano nacional para o estadual e local até atingir a sala de aula e o aluno individualmente. Ao contrário dos anteriores, os objetivos são expressos em ordem de generalidade crescente quando se parte da sala de aula para as unidades de planejamento maiores, formando assim um gráfico cônico. Desta maneira a seqüência do geral para o específico é obedecida em cada nível de Planejamento.

Importante é a necessidade de expressar os objetivos em termos do produto final desejado e a necessidade de dispor os objetivos numa seqüência, tanto para a elaboração do currículo como para a instrução. De igual importância são os dois princípios que se seguem, que visam o levantamento das necessidades de experimentação, e seleção dentre as possíveis alternativas.

3. O planejamento de currículo requer a tomada de decisões quanto à prioridade de notas e objetivos, baseada numa composição entre a condição existente e a condição desejada.

Este processo, geralmente chamado **levantamento das necessidades** fornece valiosos dados para o estabelecimento de prioridades, isto é, a decisão do que deverá ser enfatizado em primeiro lugar.

Ademais, o processo de levantamento das necessidades pode ser

posto em prática no currículo em seu todo, numa única disciplina ou único assunto de sala de aula. A análise dos pontos fortes e fracos em evidência estabelece as bases para a realização de trabalhos posteriores para a elaboração e/ou melhoria de currículo.

O levantamento das necessidades destina-se a diagnosticar o estado da situação vigente, de maneira mais cuidadosa possível, utilizando meios formais e informais. Os resultados desta análise revelam as discrepâncias entre o desempenho presente e o desejável. Alguns problemas podem parecer óbvios e extremamente previsíveis como por exemplo, os salários baixos dos professores e recursos financeiros limitados. Outros podem se tornar visíveis como uma resultante do levantamento sistemático dos problemas existentes dentro de uma área bem definida.

São exemplos de áreas-problema, que podem merecer estudo especial, aquelas que possuem o número de vagas insuficiente, quando comparada como número de alunos em idade escolar à procura de matrícula; o êxito dos recém-formados no mercado de trabalho; a qualidade do trabalho do aluno; as atitudes dos professores, alunos e/ou pais de alunos; a relevância do conteúdo das disciplinas e o tipo e organização das atividades de aprendizagem.

Destas áreas-problema, poderão ser identificados, definidos e selecionados outros problemas particulares, de maior prioridade, aos quais será dada maior atenção. Tendo as metas e objetivos delimitados e apontados desta maneira, poder-se-á determinar o seu grau de importância, segundo as considerações de diferentes pessoas. Isto não vem sugerir que os propósitos de um trabalho educacional deverão ser determinados somente através dos resultados de uma combinação de opiniões. Pelo contrário serve para enfatizar o efeito da mudança do currículo sobre os indivíduos e para sublinhar a importância da localização de possíveis pontos de apoio e de resistência, antes que sejam colocados em jogo, tempo, trabalho mental e recursos tão preciosos. Ademais, tais informações constituem uma fonte de dados indispensáveis para melhor compreensão das realidades e das conseqüências resultantes da reforma. Juntamente com outros dados extraídos do levantamento das necessidades, tais informações formam uma parte de um todo, possibilitando, assim, que os especialistas em currículo tomem decisões eficazes.

4. O Planejamento do Currículo requer meios alternativos para atingir as metas de maior prioridade, incluindo as conseqüências que cada alternativa deverá trazer, se considerada antes da implementação.

É comum os novos programas serem implementados como resultado da conveniência, ao invés de serem implementados por meio de um exame cuidadoso das variáveis que eles envolvem. Damos como exemplo: os novos programas sempre envolvem outra locação de recursos, um possível retreinamento da equipe, aquisição de novos materiais e equipamento e remodelação das instalações. Devem ser levadas em consideração as implicações de diversos métodos de opção, aumentando assim as possibilidades de êxito. Na maioria dos casos, a implicação mais significativa será o efeito da mudança sobre a aprendizagem do educando. Deste modo, uma questão crítica para um julgamento contrário à maioria das tentativas de elaboração de um novo currículo ou de melhoria do antigo seria: Quais as possíveis alternativas que elevarão a qualidade do ensino e da aprendizagem ao nível mais alto?

Ademais, o exame das alternativas deverá se estender além das reflexões burocráticas. Sempre que possível, estas alternativas deverão ser experimentadas em campos de aplicação. No caso de uma nova abordagem de ensino, por exemplo, os novos métodos ou materiais podem ser experimentados temporariamente com um pequeno número de alunos. Uma vez implementados, os programas e projetos novos deverão ser alvo de avaliação periódica. Dar-se-á maior ênfase a este assunto, na parte relativa à avaliação.

5. O planejamento do currículo deverá favorecer a obtenção de um programa harmônico, caracterizado pela integração horizontal e vertical.

O art. 59 da Lei 5.692 propõe que a educação geral ocupe uma maior parte do currículo nas últimas séries do primeiro grau, enquanto que no segundo grau deverá predominar a formação especial. O Artigo 3º faz menção à necessidade de integração dos diferentes ramos de estudo numa base comum e na mesma unidade de ensino.

O objetivo destes preceitos e de outras expressões da política nacional é fazer com que o planejamento do currículo seja mais um todo integrado do que uma série de partes isoladas. Então, é necessário encontrar uma estrutura de organização para a integração da educação geral e da formação especial, da teoria e da aplicação, do princípio e

O estabelecimento de uma estrutura básica para determinar a extensão e a seqüência do currículo na sua totalidade tem sido, há muito tempo, o maior problema com que os técnicos responsáveis pela elaboração do currículo se defrontam. Muitas técnicas têm sido aplicadas; nenhuma demonstrou ser até então totalmente satisfatória. Conseqüentemente, já que não existe nenhum caminho que possa ser considerado o melhor para se chegar a uma elaboração de currículo harmônica e integrada, é necessário que as alternativas passem por experiências e testes.

De igual importância, ou mais importante que qualquer plano em particular, é o empenho da equipe de professores. Sem este empenho, o plano mais fantástico teria um efeito limitado. Empenhados neste trabalho será fácil para os professores encontrarem uma maneira, sempre através da utilização de equipes interdisciplinares informais, que auxilie seus alunos na compreensão da interligação existente entre os diferentes assuntos e disciplinas.

Muito se tem escrito sobre a interligação existente entre a tecnologia e o humanismo e entre o ensino acadêmico e o profissional. Nestas discussões, e particularmente no planejamento do currículo, é indispensável não confundir meios com fins. Os meios contém muito mais que métodos de ensino; envolvem também os assuntos das disciplinas e o método de organização do currículo. Na verdade, os meios implicam na utilização de todos os recursos possíveis como tempo, pessoal, equipamento e instalações, para atingir um determinado fim, isto é, para alcançar metas e objetivos específicos.

Muito se tem escrito sobre a interligação existente entre a tecnologia e o humanismo e entre o ensino acadêmico e o profissional. Nestas discussões e particularmente no planejamento do currículo, é indispensável não confundir meios com fins. Os meios contém muito mais que métodos de ensino; envolvem também os assuntos das disciplinas e o método de organização do currículo. Na verdade, os meios implicam na utilização de todos os recursos possíveis como tempo, pessoal, equipamento e instalações, para atingir um determinado fim, isto é, para alcançar metas e objetivos específicos.

Especialmente significativa é a compreensão clara de que é necessária a integração de conhecimentos, partindo da perspectiva dos alunos. Assim, um plano de estudos, organizado de acordo com a lógica intrín-sica do assunto, segundo a opinião de especialistas, não está em condições de atingir o resultado desejado. O mesmo ocorre com um plano de estudos que oferece ensino no campo profissional e acadêmico na mesma unidade física, apresentando uma separação entre as duas áreas.

Vários planos de currículo e de procedimentos instrucionais têm sido empregados para facilitar a integração de conhecimentos. Estes envolvem seminários interdisciplinares, aprendizagem por meio de projeto e organização de vários tipos de programas centralizados. Estes programas podem ser organizados em torno de temas circulares destinados a combinar duas ou mais disciplinas. Comumente, estes temas são retirados das matérias da área de educação geral, especialmente de Comunicação e Expressão e de Estudos Sociais. Tais programas funcionam mais eficientemente com a utilização de equipes de planejamento e de ensino, compostas de professores, supervisores, orientadores e, às vezes, de representantes da classe estudantil.

A seleção de um princípio de organização integrado de onde se possa extrair o planejamento da seqüência ou ordem das experiências de aprendizagem tem sido há muito tempo um problema especial para os técnicos em currículo. Talvez que o elemento principal mais comum para determinar a seqüência tenha sido o grau de dificuldade dos assuntos, e a lógica intrínseca da disciplina ou da habilidade especializada. Outros critérios muito comuns são: a presteza do aluno, a utilidade ou aplicação prática da disciplina, interesses especiais e os problemas de vivência que os adolescentes enfrentam nos diferentes estágios de crescimento e desenvolvimento. Uma consideração importante é o efeito cumulativo das experiências de aprendizagem sobre o aluno, à medida que ele passa de uma etapa de seriação para outra no seu currículo total.

Recomenda-se a organização das habilitações profissionais, de modo que haja mais de um ponto onde o aluno possa entrar ou sair, possibilitando assim a aceleração dos alunos mais capacitados. O mesmo ocorre com aqueles que não têm nem tempo nem condições para enfrentar um curso superior, que poderão concluir seus estudos mais cedo, aptos para ingressar no mercado. Também a necessidade destas medidas está implícita na legislação vigente, mas não se encontra inteiramente implementada.

6. O planejamento de currículo tem, como parte integrante, o sistema de avaliação.

A importância da avaliação será enfatizada posteriormente, na parte final deste trabalho; mesmo assim, apresentamos aqui, por causa da tendência normal de se fazer a avaliação pouco a pouco, e por conseguinte, somente em resposta às situações de emergência e, geralmente, por meio de procedimentos e fontes de dados inadequados.

Quando as condições para a avaliação forem estruturadas dentro dos planos de Currículo, a ambigüidade de metas e objetivos tornar-se-á imediatamente evidente. As metas ambíguas, coincidentes e insignificantes serão identificadas e revistas ou eliminadas.

Identificar-se-ão as fontes de dados pertinentes e situações de onde os dados poderão ser obtidos. Os dados que constituem os instrumentos de ação poderão ser selecionados ou preparados. As decisões referentes à carga horária poderão ser tomadas dentro de medidas adequadas para o registro, análise, interpretação e disseminação de dados.

As deliberações que se referem à utilização das descobertas de avaliação ocorrem numa atmosfera de reflexão onde se pode dispor de amplo espaço de tempo para as modificações desejadas. Da mesma maneira, poder-se-á apontar os líderes e o material humano especializado, podendo ainda fazer a atribuição das devidas responsabilidades de cada um.

É muito comum que a avaliação seja levada em consideração no final de um projeto ou atividade em resposta a alguma solicitação oriunda de situação extra-escolar. Os objetivos são estabelecidos **post hoc**, precipitadamente, funcionando como elementos componentes dos dados, ao invés de serem formados por estes. Por outro lado, quando um esquema de avaliação é considerado como parte integrante de um planejamento, pode-se evitar este tipo de prática e melhorar a qualidade do currículo.

B — Princípios de Implementação

1. A implementação do currículo requer a conscientização da necessidade de mudanças pelos elementos envolvidos no planejamento curricular.

A falta de conscientização da necessidade da mudança acarretará o dispêndio de muito esforço com o mínimo em aproveitamento. Aqueles que não reconhecem a necessidade, não estão em condições de participar, em hipótese alguma, da resolução de problemas que eles próprios consideram imaginários ou inexistentes. O trabalho de implementação caracterizado pela inércia, indiferença ou resistência tornará o plano mais meticuloso na coisa mais insignificante.

O estabelecimento de opiniões com relação à importância de diferentes metas, conforme exposto anteriormente, demonstrará sua utilidade para determinar as percepções da necessidade; no entanto, os levantamentos ou inventários da comunidade, corpo docente e/ou sentimento do aluno podem resultar também em informação falsa ou incompleta. Os professores, por exemplo, que reconhecem a necessidade de melhorar o currículo, poderão ter uma visão diferente, caso a elaboração das atividades do programa signifiquem um prolongamento de seu período de trabalho ou se forem levados, pela necessidade, a adquirir novas habilitações. Da mesma maneira, podem ser formados grupos refratários na comunidade, se a mudança for vista como um aumento de investimento de recursos financeiros. Por conseguinte, a resistência deverá ser em primeiro lugar compreendida, antes de ser combatida.

É provável que o melhor salvaguarda contra a resistência passiva e a racionalização seja um ambiente democrático, onde os participantes tenham ampla liberdade de expressar suas opiniões e revelar as razões reais pelas quais pensam desta ou daquela maneira. O trabalho de melhoria do currículo floresce numa atmosfera onde os participantes possam examinar objetivamente as práticas em vigor, sugerir e trocar idéias, correr riscos calculados e, o mais importante de tudo, trabalhar em equipe, uma vez que as maiores decisões do currículo já foram tomadas.

2. A implementação do currículo requer a indicação de líderes que possuam o discernimento, as habilidades e as atitudes que suas responsabilidades exigem.

A necessidade de designar pessoal competente e responsável é um fator crítico para o êxito ou fracasso na implementação das decisões do planejamento do currículo em todos os setores. Os líderes possuem a combinação rara do relacionamento humano positivo com a habilidade técnica, que auxilia no equilíbrio e na direção para a identificação, execução e avaliação dos deveres de seu trabalho.

O papel do diretor tem significação muito especial. A tomada de decisão no plano nacional, estadual e municipal tem como finalidade principal melhorar a qualidade da educação nas unidades escolares. O diretor da escola é o mais suscetível às implicações das decisões para uma estruturação escolar em particular, É aquele que está na melhor posição para compreender as necessidades de seu corpo docente, dos alunos e da comunidade. Assim, sua experiência e visão da realidade educacional ou escolar precisam ser reconhecidas e aproveitadas por aqueles que atuam nos planos estadual e nacional, justamente porque o diretor da escola deve reconhecer aqueles que ocupam posições estratégicas de influência nos estados e municipalidades como parceiros no processo de tomada de decisões.

3. A implementação do currículo requer um envolvimento cooperativo de pessoas de todos os setores, inclusive da família, da escola e da grande comunidade imediata.

Este princípio é nada mais que um prolongamento e elaboração do anterior. O valor do relacionamento cooperativo entre os três maiores setores administrativos já foi descrito anteriormente. A cooperação entre aqueles que se acham envolvidos nos diferentes elementos de um programa escolar e outras entidades de caráter social é de igual importância. Já existem muitos exemplos extraordinários deste tipo de cooperação. Baseados nas disposições da Lei 5.692 e outros documentos, já foram estabelecidos muitos convênios, com bons resultados, entre instituições escolares e agências da comunidade, o que veio possibilitar o prolongamento e a melhoria do treinamento especializado do curso de 29 grau. Entretanto, existe ainda a necessidade de tirar proveito dos recursos disponíveis na escola e na comunidade. O corpo docente, por exem-

plo, é um recurso fundamental dentro da organização da unidade escolar.

Se o planejamento do currículo estiver destinado a causar qualquer impacto sobre as atividades da sala de aula, os professores deverão ser vistos como parceiros na reforma curricular. É o professor quem está em contato diário com o aluno. O professor é que vê, em primeira mão, as necessidades dos jovens, e a relevância do currículo em ir de encontro àquelas necessidades. Conseqüentemente, os diretores devem colocar professores monitores de classe nas equipes técnicas das unidades escolares. Em geral, nas unidades menores, a reunião periódica de docentes pode ser considerada como uma comissão de planejamento, implementação e avaliação do currículo.

Os Conselhos Federal e Estaduais constituem exemplos de trabalho cooperativo para a elaboração do currículo. Todavia, torna-se particularmente indispensável que tais grupos reconheçam o papel dos professores.

Os representantes da comunidade têm, também, uma grande parcela a contribuir. A escola faz parte da comunidade que ela atende. A escola enriquece a comunidade e é enriquecida por ela. Os levantamentos dos recursos e das oportunidades de emprego na comunidade auxiliam de maneira toda especial nas decisões de elaboração do currículo. Conseqüentemente, torna-se indispensável estabelecer e manter vias de comunicação entre a escola e a comunidade. O conhecimento dos recursos e das necessidades da comunidade, especialmente das necessidades de mão-de-obra, pode ser aplicado às diferentes áreas do currículo como: assuntos de habilitação profissional, de educação geral, de liderança e de atividades co-curriculares. A comunidade deverá ser vista então como um laboratório vivo, que prolonga e enriquece o currículo escolar.

A participação dos pais de alunos nas decisões afetas a seus filhos também faz parte do trabalho operativo de elaboração do currículo, mesmo que o nível e o método de participação sejam diferentes nas diversas situações. Da mesma maneira que em outras fases da elaboração do currículo, pode-se precisar do estabelecimento de um mecanismo para facilitar a comunicação. Exemplos típicos de mecanismos são: a criação de conselhos de comunidade-escola, reuniões periódicas de planejamento para pais e mestres e programas de educação profissional, patrocinados em combinação com a escola e outras instituições comunitárias. Para a realização de tais trabalhos, as equipes especiais de supervisão, cujo papel ressaltaremos no item que se segue, prestam um auxílio de considerável valor.

4. A implementação do currículo requer a existência de uma equipe de supervisão.

Um dos mais fortes argumentos que apoiam este princípio é a desoladora apresentação das "inovações" curriculares, não reconhecendo a necessidade de serem feitas modificações quanto às atitudes e habilidades do professor. A mudança dos padrões de comportamento não foi fixada e muitas vezes se apresentam como ameaça aos que se encontram dentro e fora do estabelecimento educacional. Daí a necessidade de um treinamento especial, de auxílio e de incentivo. A reorganização do currículo, a implementação de novas disposições da equipe como: corpo docente, utilização de assistentes, quadro de pessoal discriminado, utilização de horários flexíveis, instruções individualizada e outros recursos, exigem sempre que sejam feitas alterações no estilo da vida profissional do professor.

Se a característica das atividades de elaboração do currículo é a resolução do problema dentro de um sistema cooperativo, terá sido dado um grande passo à frente no sentido de reduzir a ameaça e a resistência.

A maior responsabilidade da equipe supervisora, inclusive do diretor e das demais pessoas que ocupam posições de liderança, é estabelecer as condições que levem em consideração o elemento humano na reforma. E, é justamente porque as atitudes do professor exercem uma poderosa influência sobre a aprendizagem do aluno, que a função dos supervisores será a de prestar assistência de toda e qualquer sorte, muito mais que a de simples juiz, mantendo-se à parte como mero espectador.

O verdadeiro trabalho de supervisão inclui: demonstração de novas técnicas e utilização de novos materiais, localização dos centros de treinamento o mais próximo possível da escola, auxílio aos professores na auto-avaliação sistemática de seu trabalho junto ao ensino, e o mais importante de tudo, ouvir e observar cuidadosamente antes de falar.

Uma das responsabilidades de especial importância no trabalho de supervisão é a de tomar providências para o treinamento em exercício do pessoal docente. Se desejamos que o corpo docente adquira novas visões e habilidades para implementar os planos de currículo, deveremos dar atenção à criação de condições de aprendizagem desejáveis para os professores, da mesma maneira que damos aos alunos. Isto significa que os objetivos do treinamento devem ser determinados com base nas novas responsabilidades que os instrutores irão enfrentar.

Os objetivos que se destinam aos professores em geral deverão ser diferentes dos objetivos peculiares aos professores que apresentam problemas especiais. A criação de atividades para o quadro de pessoal deve ser planejada de maneira adequada.

Tais atividades devem ser organizadas em torno das necessidades dos professores e de seus alunos, dando bastante ênfase à participação direta do corpo docente. As técnicas típicas incluem: visitas de intercâmbio entre salas e escolas; demonstração de novas técnicas por meio de micro-ensino com o emprego do "feedback" dos alunos, de outros professores e de supervisores. São também de valor considerável os seminários e estudos para elaboração e seleção de objetivos, preparação de material didático, demonstração de novas técnicas e avaliação das técnicas existentes.

5. A implementação do currículo deve considerar as diferenças individuais todas as fases da elaboração do currículo e das atividades de implementação.

Este princípio refere-se também ao planejamento e à avaliação da mesma maneira que se refere à implementação. Todavia, é na fase de implementação que o reconhecimento das diferenças individuais é muitas vezes ignorado. Entretanto, este princípio se apresenta visivelmente caracterizado pela Lei 5.692, particularmente no art. 9º onde se recomenda um tratamento todo especial para com aqueles que possuem deficiências física e mental. Mais adiante, o art. 22, que trata do ensino de 2º grau nos Estados, faz a seguinte exposição: "com a aprovação de seus respectivos Conselhos de Educação, a rede escolar que utiliza o sistema de matrícula por disciplina permitirá que o aluno conclua o curso dentro de um mínimo de dois ou num máximo de 5 anos de estudos correspondente às três séries da escola de segundo grau. Isto vem mostrar que a Lei 5.692, 4.024 e documentos afins reconhecem claramente o princípio das diferenças individuais.

Muito se tem escrito a respeito das diferenças individuais com relação à aprendizagem do aluno. Entretanto, este conceito é igualmente válido nas considerações da equipe que assessora a reforma curricular. Este princípio, por exemplo, estabelece o fundamento lógico preliminar das diretrizes que procedem a identificação dos elementos que ocupam posições de direção, cujos interesses, qualificações e discernimentos pre-

cisam ser condizentes com suas responsabilidades. Da mesma maneira, o corpo docente deverá funcionar de tal maneira que cada um preste sua contribuição potencial.

Entretanto, o ponto crítico onde se procura evidência na aplicação deste princípio, está no conjunto ensino/aprendizagem, isto é, salas de aula, laboratórios e outros. Todos aqueles que se acham envolvidos na elaboração e implementação do currículo, especialmente os supervisores, diretores de escolas e professores deverão ter em mente perguntas como esta: Considerando as diferenças quanto à motivação, quanto à capacidade e quanto à aspiração profissional do aluno, quais as medidas que estão em evidência no que se refere à estrutura organizacional, utilização de materiais didáticos, metodologia e orientação individual? Quais as mudanças sugeridas?

Um exemplo de medida para atender as diferenças individuais, quanto à aprendizagem do aluno, seria a utilização do tempo de maneira flexível, dentro da programação diária. Nestes casos, o período destinado ao ensino de cada assunto é substituído por horários adaptados aos objetivos do curso e às necessidades individuais dos alunos. Alguns objetivos do ensino seriam alcançados de maneira mais eficiente. Por exemplo, em grandes grupos como: em apresentação de filmes, visitas, palestras; outros objetivos, particularmente aqueles que se referem à participação e aprimoramento de conceitos e idéias, podem ser tratados em seminários com pequenos grupos.

Dependendo de cada aluno, o tempo utilizado no estudo individualizado, com recursos de aprendizagem adequados, pode ter muito mais valor que a presença obrigatória a uma hora de aula, cinco dias na semana.

Todavia, os períodos de tempo variáveis e flexíveis trarão poucos benefícios se não vierem acompanhados das mudanças adequadas quanto aos procedimentos de ensino. O método de ensino deve conter o objetivo, tendo as atividades de aprendizagem organizadas no sentido de preencher as necessidades individuais.

Justamente porque o tempo está sendo utilizado de maneira di-

ferente, por meio de uma variedade de disposições quanto à programação do horário, o conteúdo do currículo está sendo organizado dentro de unidades autônomas ou módulos. Cada módulo contém as direções claras para os alunos: objetivos explícitos, instruções com relação às atividades de aprendizagem e o método de avaliação. Assim, cada aluno tem condições de trabalhar sozinho, com o mínimo de assistência do professor. Alunos mais capazes poderão auxiliar os menos capazes, criando situações de ensino recíproco; a utilização flexível de subgrupos; o ensino sob a forma de contratos, onde os de aprendizagem são organizados segundo o interesse do aluno e em diferentes graus de complexidade; a utilização de espaço para acomodar um sem número de métodos de ensino como uma área aberta ou uma sala de aula livre. Estas são algumas das poucas possibilidades que se apresentam àqueles que desejam organizar as experiências de aprendizagem para os alunos que possuem diferentes necessidades e diferentes capacidades.

C. Princípios de Avaliação

1. O ponto de partida para todo trabalho de avaliação é a identificação das metas e objetivos do programa ou da atividade a ser avaliada.

Esta é uma razão importante para que se dedique tempo e atenção à seleção e especificação das metas e objetivos na fase do planejamento. É ainda o motivo pelo qual recomendamos anteriormente que um projeto de avaliação fosse elaborado no plano inicial. Geralmente, as exposições de metas e objetivos representam pressuposições ou hipóteses de caráter não experimental, baseadas no que pode ser chamado de conhecimento convencional. É por meio do processo de avaliação que tais pressuposições ou hipóteses são validadas ou revistas. Deste modo, a avaliação oferece condições para tirarmos vantagem da experiência passada e melhorarmos, ainda que gradativamente, a qualidade do programa educacional e, posteriormente, da tomada de decisão.

As metas e objetivos do programa ou atividade a ser avaliada fornecem o ponto de partida indispensável, qualquer que seja o âmbito ou complexidade da avaliação. As escolas, currículos, aulas individuais, métodos, materiais e equipamento têm uma determinada finalidade. Esta finalidade foi atendida? Se não, por que? As respostas para estas perguntas podem ser dadas apenas com referência à finalidade original e um plano para coleta, análise e interpretação da informação necessária.

2. Definidos os objetivos, deve-se identificar as fontes e situações onde os dados podem ser obtidos.

A identificação e especificação dos objetivos para um determinado plano de avaliação equivalem à identificação do problema a ser investigado. Concluída esta etapa, dar-se-á as fontes e situações de onde se obtém as informações que se referem ao alcance dos objetivos. Os dados relativos ao aproveitamento do aluno, por exemplo, podem ser limitados ao exame dos resultados de testes e dos trabalhos atribuídos. Mas, na maioria das vezes, busca-se uma variedade de tipos de informação em fontes diversas. Estas indicações podem ser obtidas também por etapas. Pode-se coletar provas, fazendo-se a coleta de dados posteriormente, dependendo dos resultados obtidos em cada etapa.

Se o trabalho inicial de avaliação indica que os objetivos do currículo não estão sendo alcançados, digamos, pelo exame de dados referentes às atitudes e ao aproveitamento do aluno, a coleta de dados subsequente incluirá: observações das atividades de aprendizagem e dos materiais didáticos; análise dos métodos de ensino, incluindo a ordem ou seqüência em que as experiências de aprendizagem são organizadas; a utilização do período de aula e do espaço; o estado de espírito da turma ou ambiente psicológico da sala de aula, que envolve o comportamento verbal do professor, como também as técnicas de avaliação utilizadas. É evidente que a fonte de dados e as situações onde estas informações podem ser obtidas dependem do problema ou dos objetivos particulares em questão. Em alguns casos, a avaliação das experiências curriculares, como por exemplo, habilitação profissional, deve ser feita depois que os alunos se diplomarem.

Estes formandos encontraram emprego na área de sua especialidade? Estão eles suficientemente habilitados para permanecer empregados e darem contribuições para suas respectivas profissões? O âmbito de sua formação foi suficientemente vasta para permitir seu desempenho em áreas afins ou tão restrito que veio dificultar seus esforços para encontrar emprego ou para progredir em sua especialidade? As experiências de ensino fornecidas pela escola têm relação com as tarefas exigidas pelo emprego? Estas perguntas, naturalmente, relacionam-se com as suposições que fundamentam as decisões para se propor mudanças no currículo. Elas têm ligação com os objetivos da maioria dos programas escolares. Se estas perguntas devem dar origem a respostas razoavelmente válidas, é necessário identificar diversas fontes de dados, juntamente com os procedimentos para a obtenção destes dados. Além disto, estes dados devem ser recolhidos sistematicamente.

Desta mesma maneira, a decisão para a aplicação de uma nova metodologia, para uso de novos materiais ou de novas disposições com relação ao quadro de pessoal requer a suposição de que os alunos aprenderão tanto quanto ou mais do que sob as práticas vigentes. Estas suposições seriam válidas? Quais os objetivos e quais as razões das mudanças em questão? Quais são as fontes de dados importantes? Como e em que circunstâncias estes dados podem ser melhor obtidos? Estas são as perguntas constantes do avaliador de currículo.

3. A avaliação requer o treinamento de avaliadores, seleção e/ou preparação de instrumentos e técnicos adequados para a coleta, curricular e interpretação dos dados.

A tendência humana é de fazer julgamentos globais baseados em impressões errôneas, formadas pela aquisição de informação incompleta, e muitas vezes, não verídica,. A suposição que fundamenta este princípio é a de que os dados serão mais completos e reais se para sua obtenção forem utilizados instrumentos especialmente preparados para garantir o esclarecimento dos objetivos predeterminados, e não, resultantes de julgamentos ou impressões globais generalizadas.

As observações dos comportamentos do aluno ou do professor, por exemplo, terão provavelmente maior êxito se: (1) a finalidade da observação for claramente compreendida, (2) forem obtidas melhores fontes de informação, (3) for utilizado instrumento para registrar os dados relevantes, (4) forem utilizados procedimentos sistemáticos de observação, e quando necessário, (5) os observadores ou os responsáveis pela coleta de dados receberem treinamento especial.

Como acontece na maioria das fases de elaboração do currículo, uma etapa inicial seria o levantamento dos instrumentos e técnicas que já estão em uso. Alguns dos instrumentos e técnicas vigentes podem funcionar perfeitamente bem. Outros podem precisar de modificações. Para dados relativos a alguns objetivos, pode se tornar necessária a preparação de novos instrumentos e o emprego de novas técnicas. Esta tarefa não precisa ser sempre de caráter altamente sofisticado ou demorado. Eis um exemplo: deseja-se medir a atitude do aluno para atender o art. 14 da Lei 5.692, que se refere à preferência pelos aspectos qualitativos da atuação da escola. Um breve questionário anônimo, solicitando a atitude do aluno face ao conteúdo de uma determinada habilitação ou a uma nova técnica de ensino, pode fornecer informação valiosa para completar outras fontes de dados, particularmente, os dados relacionados com aproveitamento do aluno. Estes instrumentos podem ser facilmente preparados para simplificar a análise e a interpretação de dados com um mínimo de tempo e esforços, É claro que existem instrumentos mais elaborados e sofisticados. Mas, muitas vezes, a escolha está entre o uso de um instrumento simples, feito em casa, ou nenhum instrumento, especialmente quando os recursos são muito limitados e quando não há pessoal especializado disponível.

4. A avaliação deve ocorrer nas diferentes etapas e níveis da elaboração **do currículo.**

Contrariando a opinião de alguns, a avaliação não é algo que ocorre no final de um processo evolutivo, quando as oportunidades para a mudança passaram. A avaliação permeia todo o processo de elaboração do currículo. Ela também se prolonga muito além dos procedimentos rotineiros habituais utilizados para testar e classificar os alunos. A avaliação ocorre mais freqüentemente de maneira informal, sempre que alguém, qualquer que seja sua posição, faz um julgamento sobre a qualidade de algum aspecto do trabalho educacional. No entanto, para que se obtenha máxima eficiência, é necessário empregar um sistema de avaliação mais formal. Caso contrário, aqueles que militam no setor educacional serão vulnerados pelas pressões externas e as decisões ad **hoc**, sem relação com os objetivos educacionais. Muitíssimas vezes, estas decisões são tomadas em resposta a condições críticas, fazendo com que a escola perca a iniciativa de liderança. Conseqüentemente, é aconselhável que as escolas procurem fazer um "feedback" avaliatório, de maneira sistematicamente planejada, onde existam diferentes pontos de escolha ao longo do caminho que leva ao alcance da meta.

Em vários pontos deste documento fizemos sugestões condizentes com a necessidade de avaliação periódica. Sugerimos, por exemplo, que fosse solicitado de diferentes subgrupos uma relação das metas e objetivos relativos à elaboração e ao aperfeiçoamento do currículo. Do mesmo modo, sugeriu-se que fossem recolhidos dados referentes à validade das habilitações profissionais, de maneira sistemática.

A avaliação do ensino ministrado na sala de aula é igualmente uma importante área de avaliação. Os supervisores interessados em obter dados relativos à qualidade do ensino devem realizar contatos periódicos com os professores, seguidos de observação e de outros contatos posteriores. Eis algumas perguntas importantes para conduzir estas reuniões:

— Quais são os objetivos desta unidade de ensino? Estes objetivos têm relação com as necessidades da turma e/ou com os alunos individualmente e dentro do grupo? Quais os dados existentes para justificar a validade dos objetivos? (Os exemplos incluem informações sobre o desempenho escolar dos alunos anteriormente, resultados de um pré-teste, informação sobre os graus de capacidade, interesses e aspirações profissionais dos alunos).

—Que técnicas ou métodos foram selecionados para ajudar os alunos a compreender estes objetivos? Estes métodos preenchem as diferentes necessidades de aprendizagem dos alunos? Estes métodos são razoavelmente eficientes ou existem outros que prometem ser mais vantajosos em termos de aprendizagem? Os materiais, atividades de aprendizagem, organização das experiências de aprendizagem, medidas para motivação, etc, têm ligação com o alcance dos objetivos? Caso contrário, quais as mudanças sugeridas?

—O método de avaliação previsto tem relação com os objetivos? Quantas vezes será feita a avaliação da aprendizagem do aluno? Os dados recolhidos sobre o desempenho do aluno são utilizados para revisar os objetivos, melhorar a escolha dos métodos e materiais e para organizar o ensino mais eficientemente? A reunião, após a conclusão de uma seqüência de aprendizagem, torna-se particularmente indispensável, visto que os resultados da observação e do desempenho do aluno deverão ser utilizados para aperfeiçoar as decisões subseqüentes, tanto pelos professores como supervisores. O contato com professores, a coleta de dados e as reuniões constituem um enorme investimento de tempo, daí a necessidade de se fazer uma programação baseada na disponibilidade do pessoal. Além disto, tudo deve ser feito no sentido de auxiliar diretores e professores, no desempenho de suas responsabilidades. Já que as visitas diárias às classes nem sempre são possíveis, o horário para tais visitas deve ser organizado em torno de unidades de aprendizagem de duas a seis semanas, dependendo das circunstâncias. Partindo do princípio que tempo e pessoal capacitado são sempre limitados, deve-se dirigir todos os esforços no sentido de realizar estas reuniões num mínimo de duas a três vezes por semestre. No entanto, qualquer que seja o horário ou a disponibilidade de pessoal especializado, o importante é aplicar quaisquer recursos disponíveis como parte de um plano de avaliação, ao invés de deixar as decisões de avaliação para quando surgir a oportunidade.

5. O principal objetivo do trabalho de avaliação é aperfeiçoar as experiências de aprendizagem dos alunos.

Existe uma infinidade de casos em que a avaliação do currículo limita-se à contagem das características do insumo ou aos levantamentos da opinião dos professores. Assim, por exemplo, a avaliação limita-se ao número de horas de ensino que uma determinada habilitação profissional requer, ao número de anos de experiência de cada membro do corpo

docente, ao número de volumes na biblioteca escolar, téc. Do mesmo modo, os novos currículos são avaliados logo após a implementação, enquanto que o apelo para uma nova experiência é grande, por meio da solicitação de opiniões de grupos selecionados.

Outros tópicos semelhantes aos discutidos acima, ao mesmo tempo que possuem significância educacional, muitas vezes omitem a questão central que é a qualidade da aprendizagem do aluno. Admitimos que é muito mais fácil contar os volumes numa biblioteca do que examinar a qualidade dos objetivos educacionais e comparar a aprendizagem dos alunos em relação a estes objetivos. É também verdade que os julgamentos baseados em padrões quantitativos de insumos educacionais serão provavelmente mais objetivos e mais seguros do que os julgamentos da qualidade educacional. Todavia, se o principal objetivo de todo o processo de elaboração do currículo, inclusive o da avaliação, destina-se a aumentar a aprendizagem do aluno, as análises das características do insumo e dos levantamentos de opiniões não terão muita validade.

É evidente que é preciso dedicar maior atenção a questões como as seguintes: o êxito dos cursos preparatórios em criar condições para assuntos mais avançados; as mudanças ocorridas durante um período de tempo com relação à eficiência do currículo em auxiliar um maior número de alunos a atingir os objetivos; o comportamento cívico dos alunos, tanto na escola quanto fora dela; o sucesso dos recém-formados no mundo do trabalho. Em resumo, o técnico em currículo deve continuar perguntando: de que maneira as experiências de aprendizagem oferecidas no currículo influenciam a vida fora da escola? Isto é, quais as mudanças que precisam ser feitas para aumentar a eficiência da escola e para elevar o padrão de vida de todos?

Uma técnica especialmente poderosa, de considerável potencial para melhorar a qualidade do aproveitamento do aluno é o domínio da aprendizagem, isto é, que todos, ou quase todos os alunos possam dominar os objetivos da maioria das disciplinas se tiverem tempo suficiente para isto. Uma medida para a qualidade do ensino seria o grau a que o espaço de tempo pode ser reduzido entre o maior e o menor aproveitamento dos alunos. A meta do professor que adota as técnicas de domínio da aprendizagem é criar condições onde todos ou quase todos seus alunos possam atingir os objetivos. Rejeitando a curva normal como base para a distribuição do rendimento do aluno, o professor inicialmente

define o domínio em sua disciplina, estabelece objetivos claros e relevantes e compartilha destes objetivos com seus alunos para evidenciar as perspectivas. A disciplina é dividida em unidades menores, contendo as técnicas de ensino e de avaliação esquematizadas para facilitar a aprendizagem do aluno. Aplicam-se provas curtas, com uma certa freqüência, para verificar o progresso de cada aluno individualmente e para prescrever os processos corretivos adequados aos que têm dificuldades de aprender. São empregados métodos individualizados, como: a participação em pequenos grupos de estudo, a utilização de materiais didáticos programados, explicações individuais, auto-aprendizagem por meio de recursos audiovisuais e outras técnicas, a fim de auxiliar os alunos a superarem suas deficiências. Antes das provas, não é feita qualquer classificação oficial do progresso do aluno, mas apenas anotações informais de que o aluno dominou ou não os objetivos específicos. Quando as provas finais são aplicadas, geralmente no fim de períodos relativamente longos de ensino, é comum que o professor obtenha uma percentagem duplicada ou triplicada de alunos com rendimento elevado se comparado ao ensino tradicional. Com experiência e experimentação contínuas, utilizando diferentes metodologias, os estudos de pesquisa revelam que é possível organizar o ensino de tal maneira que 80 a 90% dos alunos alcancem o nível de aproveitamento que anteriormente era alcançado por 15 ou 20% da turma. O importante, entretanto, é que a ênfase fundamental desta técnica seja a de melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem. É evidente que ainda não foi descoberta a metodologia ideal para todos os alunos. A preocupação principal é o firme propósito de melhorar a aprendizagem do aluno. Este propósito trata, certamente, a experimentação por meio de diferentes meios para melhorar a eficiência de ensino.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. ALBERTY, H. J. and Alberty, E. J. **Reorganizing the High-School Curriculum**. New York: The Macmillan Company, 1962.
2. ALKIN, Marvin (Ed.) **National Priorities for Elementary Education**. Monograph Series in Evaluation, Vol. 2. Center for the Study of Evaluation, University of California, Los Angeles, 1973.
3. BLOCK, James (Ed.) **Mastery Learning: Theory and Practice**. New York Holt, Rinehart and Winston, Inc., 1971.
4. ESBENSEN, Thorwald. **Working With Individualized Instruction: The Duluth Experience**. Belmont, California: Fearon Publishers, 1968.
5. GROTEBUESCHEN, Arden D. And Gooler, Dennis D. "Evaluation and Curriculum Development" **Curriculum Theory Network** Monograph Supplement: Curriculum Evaluation: Potentiality and Reality, Ontario Institute for Studies in Education, 1972, pp. 7-20.
6. GRONLUND, Norman E. **Individualizing Classroom Instruction**. New York: Macmillan Company, Inc., 1974.
7. HILSON, Maurie & Hyman, Ronald T. **Change and Innovation in Elementary and Secondary Education**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1971.
8. JOHNSON, Stuart R. And Johnson, Rita B. **Developing Individualized Instructional Materials**. Palo Alto, California: Westinghouse Learning Press, 1972.

9. KEMP, Jerold E. **Instructional Design: A Plan For Unit and Course Development.** Belmont, Califórnia. Fearon Publishers, 1971.
10. LOBROT, Michel et alii **Modifiquemos a Escola,** Editorial Pórtico, Lisboa, s/d.
11. McNEIL, John. **Towards Accountable Teachers.** New York: Holt, Rinehart and Winston, 1971.
12. PLOWMAN, Paul D. **Behavioral Objectives.** Chicago, Illinois: Science Research Associates.
13. RUIZ, Glauce. O Diagnóstico como Requisito Básico para o Planejamento curricular das Escolas de 1ª e 2ª graus em Presidente Prudente - São Paulo. 1973. Tese mestrado, Stª Maria R. S. 1973.
14. TAYLOR, Peter A. and Cowlwy, Dóris M. **Readings in Curriculum Evaluation.** Duubuque, Iowa. Wm. C. Brown Company, 1972.
15. TEACHERY, William G. and Carter, Joseph B. **Learning Laboratories: A Guide to Adoption and Use.** Englewood Cliffs, New Jersey Educational Technology Publications, 1972.
16. TRUMP, J. Loyd and Miller, Delmar **Secondary School Curriculum: Improvement Proposals and Procedures,** Boston: Allyn and Bacon, 1968.
17. VERDUIN, John R. **Cooperative Curriculum Development.** Englewood Cliffs, New Jersey, Prentice Hall, Inc., 1967.
18. CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer 853/71. Fixa o Núcleo Comum para os currículos do Ensino de 1º e 2º Graus e a Doutrina do currículo na Lei 5.692/71.



Composição e Impressão

S A N - ARTES GRÁFICAS LTDA.
CLS-414 - Bl. C - Ljs. 09/15 - Brasília-DF
Fone: 243-0206 - 243-3996

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)